



Simulado de Direito Processual Penal: Prova
(VUNESP/PC-SP/2018)

01) No que concerne ao regramento geral das provas no CPP, são inadmissíveis, sem exceção, as provas derivadas das ilícitas.

Comentário:

CPP/41. Art. 157. § 1º São também **inadmissíveis** as provas derivadas das **ilícitas**, **salvo** quando **não evidenciado o nexo de causalidade** entre umas e outras, ou quando as **derivadas** puderem ser obtidas **por uma fonte independente** das primeiras.

Gabarito: Errado.

(FUNCAB/PC-RO/2014)

02) Segundo os ditames do Código de Processo Penal, pode-se afirmar quanto à prova:

Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.

Comentário:

CPP/41. Art. 157. § 3º **Preclusa** a decisão de **desentranhamento** da prova declarada **inadmissível**, esta será **inutilizada** por **decisão judicial**, **facultado** às partes **acompanhar o incidente**.

Gabarito: Correto.

(MPE-SP/MPE-SP/2017)

03) Os crimes que deixam vestígios, é indispensável o exame de corpo de delito, que só pode ser suprido pela confissão ou prova testemunhal no caso de desaparecimento de vestígios.

Comentário:

CPP/41. Art. 158. Quando a infração **deixar vestígios**, será **indispensável** o **exame de corpo de delito**, **direto** (o perito realiza o exame de corpo delito diretamente sobre o vestígio deixado) ou **indireto** (o perito realiza o exame com base em informações verossímeis fornecidas a ele), **não podendo supri-lo a confissão do acusado**.

CPP/41. Art. 167. **Não** sendo **possível o exame de corpo de delito**, por haverem **desaparecido** os vestígios, **a prova testemunhal** poderá **suprir-lhe a falta**.

Gabarito: Errado.

(CESPE/PF/2018)

04) Na falta de perito oficial para realizar perícia demandada em determinado IP, é suficiente que a autoridade policial nomeie, para tal fim, uma pessoa idônea com nível superior completo, preferencialmente na área técnica relacionada com a natureza do exame.

Comentário:

CPP/41. Art. 159. O **exame de corpo de delito** e outras **perícias** serão realizados por **perito oficial**, portador de **diploma de curso superior**.

§ 1º Na **falta de perito oficial**, o exame será realizado por **2 (duas) pessoas idôneas**, portadoras de diploma de **curso superior preferencialmente** na **área específica**, dentre as que tiverem **habilitação técnica** relacionada com a **natureza do exame**.

Gabarito: Errado.

(INSTITUTO AOCP/PC-ES/2019)

05) Tratando das perícias em geral, com base no Código de Processo Penal, julgue o item.

Os peritos elaborarão o laudo pericial no prazo máximo de 10 dias improrrogáveis, onde descreverão minuciosamente o que examinarem e responderão aos quesitos formulados.

Comentário:

CPP/41. Art. 160. Os **peritos** elaborarão o **laudo pericial**, onde descreverão **minuciosamente** o que **examinarem**, e **responderão** aos **quesitos formulados**.

Parágrafo único. O **laudo pericial** será elaborado no **prazo máximo de 10 dias**, **podendo este prazo ser prorrogado**, em **casos excepcionais**, a **requerimento dos peritos**.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/TJ-AC/2019)



06) Quanto às provas, assinale a alternativa correta, segundo o quanto previsto no Código de Processo Penal.

No caso de exame de corpo de delito, o juiz ou a autoridade policial não pode negar a perícia requerida pelas partes.

Comentário:

CPP/41. Art. 184. **Salvo** o caso de **exame de corpo de delito**, o **juiz ou a autoridade policial** negará a perícia requerida **pelas partes**, quando **não** for necessária ao **esclarecimento da verdade**.

Gabarito: Correto.

(CESPE/PC-PE/2016)

07) A respeito da confissão, julgue o item.

Será qualificada quando o réu admitir a prática do crime e delatar um outro comparsa.

Comentário:

Confissão Qualificada: Ocorre quando são citados novos elementos do fato para a exclusão da responsabilidade penal.

Confissão Delatória: Confissão que feita pelo réu apontando coautores ou partícipes do delito cometido ou conexo.

Confissão Simples: Ocorre quando o réu faz a confissão de um dos delitos contra ele.

Confissão Complexa: Confissão do réu de todos os crimes cometidos por ele.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/DPE-RO/2018)

08) Sobre os meios de prova, é correto afirmar que o juiz permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais se estas forem inseparáveis da narrativa do fato.

Comentário:

CPP/41. Art. 213. O juiz **não** permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, **salvo quando inseparáveis da narrativa do fato**. (Objetividade)

Gabarito: Correto.

(MPE-BA/MPE-BA/2018)

09) É lícita a prova consistente no teor de gravação de conversa telefônica realizada por um dos interlocutores, sem o conhecimento do outro, se não há causa legal específica de sigilo, nem de reserva da conversação, sobretudo quando se predestine a fazer prova em juízo ou inquérito a favor de quem a gravou.

Comentário:

STF/Súmula 279

A **gravação** de conversa entre dois interlocutores, feita por um deles, **sem conhecimento do outro**, com a finalidade de **documentá-la, futuramente**, em caso de **negativa**, **nada tem de ilícita**, principalmente quando constitui **exercício de defesa**.

Gabarito: Correto.

(FCC/DPE-RS/2018)

10) Sobre a teoria geral da prova, considere a assertiva abaixo:

No crime de receptação, efetivada a prisão do agente com a posse do objeto de origem criminosa, opera-se a chamada inversão do ônus da prova no processo penal.

Comentário:

STJ/HC 483.023 SC

A conclusão das instâncias ordinárias está em sintonia com a jurisprudência consolidada desta Corte, segundo a qual, no **crime de receptação**, se o bem houver sido apreendido em poder do paciente, caberia à defesa apresentar prova acerca da origem lícita do bem ou de sua conduta culposa, nos termos do disposto no art. 156 do Código de Processo Penal, **sem que se possa falar em inversão do ônus da prova**.

Gabarito: Errado.